

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas e Clientes,

No ano de 2017, o Banco do Estado do Pará S.A. deu continuidade à estratégia de ampliação e aprimoramento da sua rede de atendimento. O ano também registra investimentos em recursos tecnológicos e humanos, gestão de riscos e controles internos, aumento da capacidade de operações, por meio dos canais eletrônicos de atendimento aos clientes, tornando cada vez mais rápido e fácil o acesso aos produtos e serviços ofertados pelo Banco.

Um projeto inovador, a agência digital, se constituiu no maior destaque do ano de 2017. O espaço é o primeiro ambiente de banco totalmente digital do país. Trata-se de uma plataforma física, mas completamente digital, que nasceu com o objetivo de proporcionar aos nossos clientes uma experiência de consumo tecnologicamente inovadora, possibilitando a utilização de equipamentos de última geração, sem intervenção humana.

A agência digital levou o Banpará a ser reconhecido como benchmark por outros bancos, que visitaram o Espaço para entender e conhecer, com o Banpará, um pouco mais sobre a "era digital" nos serviços bancários. A inovação mereceu o reconhecimento do Fórum Editorial e Informática Hoje, que premiou o Banpará com o Prêmio de Tecnologia da Informação 2017.

Neste cenário de expansão e contínuo aprimoramento, o Banpará passou a contar com 147 unidades de atendimento, fazendo-se presente em 98 municípios paraenses, o que significa dizer que a instituição está ao alcance de 87% da população paraense.

A ampliação e o aprimoramento do portfólio de produtos e serviços também se destacam como conquistas do último exercício social. O resultado desta dedicação pode ser comprovado pelo recebimento do 3º Prêmio Finanças Mais, do Jornal O Estado de São Paulo, que indicou o Banpará como o 3º melhor banco de varejo. Por este motivo podemos afirmar, sem dúvida alguma, que o Banpará se consolidou como um caso de sucesso.

O Banpará, em outubro de 2017, detinha o 1º lugar no volume de depósito a prazo e 3º nas operações de crédito, dentro do Estado.

O lucro líquido do Banco é outro fator que revela o fortalecimento da Instituição como agente financeiro do Estado e promotor do seu desenvolvimento. Em 2017, o Banpará registrou um Lucro Líquido de R\$ 259.035 mil, um aumento de 11,9% em relação ao exercício anterior.

O Patrimônio Líquido do Banco ultrapassou a barreira de R\$ 1 Bilhão, uma expansão de 23,4% em relação ao final de 2016, com rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio de (ROE) 27,9%. Em comparação ao PL de 2016, quando do início da atual gestão, houve um crescimento da ordem de 288,01%.

É importante mencionar que o Banpará vem sendo avaliado positivamente por renomadas agências de rating. Em julho de 2017, a Standard & Poor's publicou relatório reafirmando

do os ratings do Banpará. Em janeiro de 2018, a Moody's Investors Service elevou o rating em escala nacional e reafirmou a escala global do Banpará em reconhecimento aos fortes fundamentos financeiros do Banco.

Para o ano de 2018, com a determinação de estar presente nos 144 municípios do Estado do Pará, o Banco pretende inaugurar novas agências, além de mudar a base física de outras unidades. Para ampliar o seu portfólio, pretende lançar mais novos produtos e serviços.

Alinhado com as boas práticas de desenvolvimento sustentável, o Banco dará continuidade a sua Política de Responsabilidade Social, bem como aos projetos direcionados à redução da pobreza, da desigualdade, do incentivo ao esporte e à cultura paraense.

Nossas conquistas indicam que estamos no caminho certo. A sociedade paraense pode esperar um Banpará cada dia melhor e cada vez mais inserido na vida dos cidadãos, com atuação em todo o Estado, levando atendimento digno e ajudando a alavancar, desde o pequeno negócio até o grande empreendimento.

Portanto, em nome da Diretoria Colegiada, agradeço ao Governo Estado do Pará, aos demais acionistas, ao público em geral e, sobretudo, aos paraenses. Agradeço, ainda, aos funcionários que, alinhados com as diretrizes estratégicas, têm demonstrado incansável comprometimento com o nosso Banco.

Augusto Sergio Amorim Costa
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. AMBIENTE ECONÔMICO

O ano encerra com a previsão de crescimento econômico no cenário internacional e doméstico. O Fundo Monetário Internacional (FMI) através do World Economic Outlook (WEO) divulgou, em outubro de 2017, a taxa esperada de crescimento mundial de 3,6% para 2017 e de 3,7% para 2018, o que indica crescimento de 0,4 p.p. em 2017. Os dados indicam melhor desempenho para os Estados Unidos com 2,2% entre os países desenvolvidos e de 6,8% para a China seguida da Índia com 6,7%, entre os países emergentes e em desenvolvimento.

O bom desempenho da economia americana é reflexo do aumento do consumo, investimentos privados e da variação positiva dos estoques. O mês de dezembro foi marcado pela aprovação da reforma tributária com o maior corte de impostos desde a década de 1980, a alíquota do imposto de renda para as empresas passou de 35% para 21%. Com a medida o governo Trump prevê maior crescimento econômico para 2018. Para a Europa e mais recente projeção realizada em novembro/2017 pelo FMI, através do Panorama Econômico Regional, prevê crescimento de 2,4%, alta de 0,3% em relação ao WEO divulgado em outubro/2017. O bom desempenho econômico é impulsionado pela demanda doméstica, investimento e o aumento no fluxo de fundos destinados a alguns países membros. Para a economia chinesa, permanece a projeção de crescimento em 6,8% para 2017, com balanço positivo para o favorecimento financeiro da região devido suave inflação influenciada pelos preços das commodities. No entanto, vale ressaltar que no médio prazo há riscos de variações abruptas nestes indicadores em razão da tensão geopolítica na região.

Os dados divulgados pelo IBGE apontam que no ano de 2017 a variação do PIB brasileiro segue positiva. O índice acumulado do ano na indústria teve alta de 2,3%, no âmbito da demanda destaca-se o consumo das famílias com crescimento de 2,2%. O resultado reflete atual conjuntura composta pela baixa inflação, cortes na taxa de juros, crescimento dos níveis de confiança e melhora no mercado de trabalho. Destaca-se ainda o volume de vendas no comércio varejista de 1,9% no acumulado de janeiro a novembro.

O desempenho da Atividade Econômica do Estado do Pará mensurado pelo Banco Central até outubro/2017 indica crescimento de 0,1% comparado ao mês anterior e de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Pará continua se destacando com melhor desempenho se comparado ao índice nacional de 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Resultado positivo também para o comércio varejista com alta de 3,3% na variação acumulada no ano, contudo no setor de serviços a variação acumulada no ano foi de -4,1%. Os dados divulgados pelo IBGE referente ao IPCA da Região Metropolitana de Belém refletem o momento de baixa inflacionária no país. No mês de novembro o índice registrou variação mensal de 0,05% e no acumulado no ano ficou em 1,3%, valor abaixo do índice nacional na mesma base de comparação.

2. RATING

A nota de crédito soberano do Brasil vem sofrendo rebaixamentos pelas principais agências de avaliação de risco, em virtude do ambiente político-econômico cheio de incertezas. Apesar dessa tendência, o Banpará vem sendo avaliado positivamente por renomadas agências de rating. Em julho de 2017 a Standard & Poor's publicou relatório reafirmando os ratings do Banpará, e em janeiro de 2018 a Moody's Investors Service elevou o rating do Banpará em escala nacional e o reafirmou na escala global, em reconhecimento aos fortes fundamentos financeiros do Banco que têm sido mantidos durante os últimos três anos de recessão econômica, incluindo a constante melhoria da qualidade dos ativos, amplos níveis de capital e ganhos fortes recorrentes.

STANDARD & POOR'S						
PERFIL DE CRÉDITO INDIVIDUAL	ESCALA GLOBAL				ESCALA NACIONAL	
	MOEDA LOCAL		MOEDA ESTRANGEIRA		NACIONAL	
	LONGO PRAZO	CURTO PARZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
bb-	BB-	B	BB-	B	brA	brA-2

MOODY'S INVESTORS SERVICE						
AVALIAÇÃO DE RISCO DA CONTRAPARTE	ESCALA GLOBAL				ESCALA NACIONAL	
	MOEDA LOCAL		MOEDA ESTRANGEIRA		NACIONAL	
	LONGO PRAZO	CURTO PARZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
Ba1(cr)	Ba2	NP	Ba3	NP	Aa3.br	Br-1

3. DESTAQUES BANPARÁ

O Banpará mantém a estratégia de ampliar sua rede de atendimento no Estado e encerrou o ano com 147 unidades de atendimento (agências e postos), presente em 98 municípios onde cobre cerca de 87% da população paraense, buscando a dinamização da economia local e reafirmando sua missão de atuar no desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará.

Foram inauguradas 09 unidades, entre elas, 08 agências no interior do Estado, sendo 06 delas instaladas em municípios ainda não abrangidos pelo Banpará e 01 posto de atendimento. As inaugurações ocorreram nos municípios de Augusto Corrêa; Aurora do Pará; Cachoeira do Arari; Marabá; Ponta de Pedras; São Felix do Xingu; Tomé-Açu, Trairão e Belém.

O maior destaque do ano de 2017 para o Banco foi a inauguração da sua primeira agência totalmente digital. Um projeto inovador que levou o Banpará a ser reconhecido como um benchmark no mercado financeiro.

O resultado de todos estes esforços pode ser comprovado pelo Prêmio Finanças Mais, recebido no mês de junho/2017, indicando o Banpará como o 3º melhor banco de varejo, reconhecimento do esforço, da boa performance e ampliação de sua participação no mercado de crédito no Pará. De acordo com os dados do Banco Central, o Banpará em outubro de 2017 detinha o 1º lugar no volume de depósito a prazo e 3º nas operações de crédito, dentro do Estado.

4. EXPECTATIVAS

Determinado em estar presente nos 144 municípios do Pará, o Banco manterá o seu plano de expansão, prevendo a inauguração de 13 agências em 2018 e agregando este crescimento físico ao lançamento de mais 9 novos produtos e serviços ao seu portfólio durante o ano.

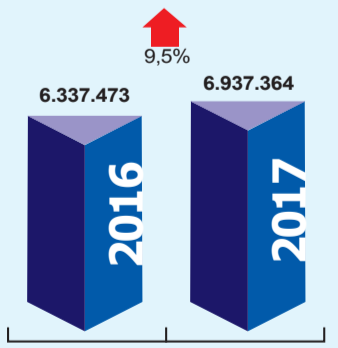
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro do Banpará decorre de ações vinculadas ao planejamento estratégico 2017-2021 desenvolvido pelo banco, que visam à geração de resultados sustentáveis, com vistas à melhor relação entre risco e retorno. O desempenho positivo tem fornecido retornos significativos a seus acionistas.

Principais Indicadores

O Banpará encerrou o ano com Ativos Totais no montante de R\$ 6.937.364 mil, representando um crescimento de 9,5% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi motivado pelos Títulos e Valores Mobiliários que registraram R\$ 941.612 mil, aumento de 33,2%, e pelas Relações Interfinanceiras que registraram R\$ 233.025 mil, aumento de 68,6%. O índice de retorno sobre os ativos médios (ROA) foi de 3,9%.

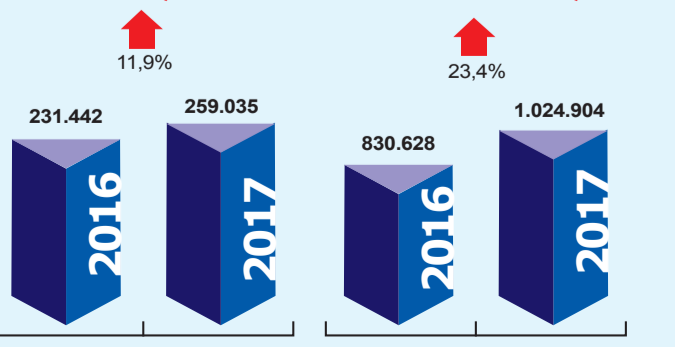
ATIVOS TOTAIS



Lucro Líquido

O lucro líquido do Banpará foi de R\$ 259.035 mil, aumento de 11,9% em relação ao exercício anterior, e representa um lucro líquido por ação de R\$ 27,20. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.024.904 mil, crescimento de 23,4%.

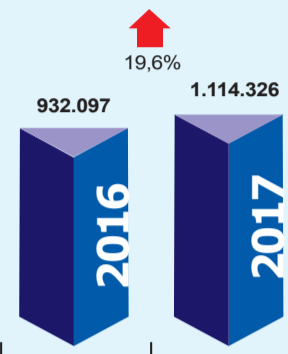
LUCRO LÍQUIDO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Dessa forma, o Banpará alcançou índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 27,9%.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 1.564.464 mil e registraram um crescimento de 6,7%, proporcionado pelo aumento das rendas com operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 88,9% do total das receitas de intermediação financeira. As despesas de intermediação financeira atingiram R\$ 450.138 mil, decréscimo de 15,6%, o que fez o resultado de intermediação financeira atingir o montante de R\$ 1.114.326 mil, aumento de 19,6%.

RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA



As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$ 92.667 mil, um crescimento de 14,3%. As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 701.067 mil, um acréscimo de 10,5%, enquanto que as despesas de pessoal, que representam 47% das despesas gerais, aumentaram 8,4% e atingiram R\$ 328.814 mil. As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 307.769 mil, equivalente a um aumento de 11,4%, consequência da política de expansão do banco. Dessa forma, o índice de eficiência operacional do Banpará ficou em 52,7% e o índice de cobertura foi de 28,2%.

Carteira de Crédito

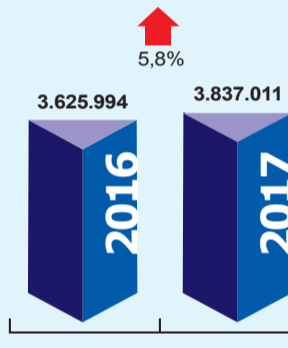
No ano de 2017 a carteira de crédito alcançou R\$ 3.837.011 mil, acréscimo de 5,8% em relação a 2016.

O segmento da Carteira de Crédito Pessoa Física foi de R\$ 3.831.443 mil que representa um incremento de 6,1%. As operações da modalidade de crédito consignado correspondem a 69,9% da carteira e o financiamento ao consumo 29,6%.

O índice de inadimplência do Banpará é de 2% da carteira de crédito e o percentual de cobertura de 172%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face às perdas prováveis é aproximadamente 1,7 vezes a inadimplência do período.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 3,6% da carteira de crédito, menor em 0,5 ponto percentual, que significa uma "otimização" dos recursos aplicados.

CARTEIRA DE CRÉDITO

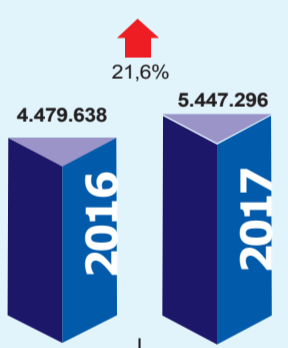


Depósitos

O volume dos depósitos no ano de 2017 totalizou R\$ 5.447.296 mil, com aumento de 21,6% justificado, principalmente, pelo aumento da captação em Depósito a Prazo do Governo 52,5% e Varejo 32%.

O volume total de Depósito a Prazo apresentou um crescimento de 38,4% e já corresponde a 61,8% do total dos depósitos na posição de dezembro de 2017. O produto CONTA MAIS, fechou o ano com o saldo de R\$ 566.629 mil e representou variação positiva de 14,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já os Depósitos de Poupança apresentaram um aumento de 6,7% e representa 16,2% dos depósitos.

DEPÓSITO



Letra Financeira

As captações em Letras Financeiras fecharam o ano de 2017 com R\$ 99.089, acréscimo de 48,7% em relação a 2016 que foi de R\$ 66.648 mil.

6. RELACIONAMENTO COM CLIENTES E CANAIS

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará amplia sua rede de atendimento e possibilita a inserção da população paraense no mercado financeiro, presente em 98 municípios do Estado.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	101	116
Postos de Atendimento	21	10	31
Caixa Deslocado	5	3	8
Posto de Atendimento Eletrônico - PAE	59	18	77
TOTAL	100	132	232

Pontos de atendimentos - rede própria

Pontos de atendimentos - rede própria	232
Municípios Atendidos	98

Dessa forma, além de sua rede própria, o Banpará disponibiliza aproximadamente 21 mil pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil, em parceria com o Banco 24 horas e 310 terminais da Rede Saque Pague distribuídos pelo Estado do Pará, viabilizando aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo território nacional.

7. GESTÃO CORPORATIVA

7.1. Gestão de Riscos

O Banpará desenvolve suas atividades de gestão de riscos de forma contínua e evolutiva, busca o constante aprimoramento dos instrumentos de monitoração e controle, assegura sua efetividade e consistência com a natureza, a complexidade e o risco das operações, de acordo com os princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, em consonância com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia, com as melhores práticas de mercado e com as regras dos órgãos regulatórios e de supervisão.

Para o efetivo gerenciamento dos riscos, o Banpará possui uma robusta estrutura com unidades específicas para a Gestão de Riscos Financeiros e de Capital, Risco Operacional e Continuidade de Negócio, Controles Internos e Compliance, bem como, Comitês de Gestão, que auxiliam a Alta Administração no processo de tomada de decisão e assim contribuindo para a consecução das metas estratégicas da Instituição.

Os eventos de riscos são identificados, mapeados, mensurados e monitorados. Para a mitigação são promovidos atualizações e aprimoramentos contínuos das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gerenciamento de capital decorre de uma postura prospectiva visando antever a necessidade de capital para fazer face às estratégias de negócios, inclusive considerando a realização de testes de estresse e contingências de capital.

Referente a exigência mínima de capital estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde ao índice de Basileia, a qual espelha a relação entre o capital da instituição e o volume exposto aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o exercício de 2017 com índice de 23,3%, bem acima dos 10,5% exigidos, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio <http://ri.banpara.br/>.

7.2. Gestão de Continuidade de Negócios

A Continuidade dos Negócios é tratada em nível estratégico na instituição com diretrizes claramente definidas e disseminadas aos Stakeholders.

Na gestão de Continuidade de Negócios, o Banpará se baseia nos requisitos e orientações das normas ISO ABNT 22301 e 22313, destacando-se as análises dos riscos e impactos

identificados nos mapeamentos dos processos, a priorização com base na Matriz de Riscos e no Apetite ao risco institucional, o mapeamento dos eventos ocorridos e o desenvolvimento de planos para mitigação.

7.3. Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e Compliance busca assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos, a gestão dos controles internos do Banpará é estruturada segundo os princípios do Coso II, por meio da utilização de instrumentos para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, resguardando os recursos e buscando diminuir as ocorrências de perdas, bem como contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos.

Os controles internos do Banpará são testados por meio das autoavaliações periódicas realizadas por todas as unidades (matriz e agências), cujas fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação. Também há elaboração e ativação de planos de ação para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes. É realizado o monitoramento do cumprimento, por parte dos gestores, das medidas de controles implantadas, com vistas a garantir a manutenção da efetividade e consistência dos controles internos da Instituição.

A atuação da conformidade tem por finalidade garantir a aderência da instituição aos normativos e premissas externas e internas com o propósito de reduzir ao máximo a materialização das ameaças inerentes ao não cumprimento das regularizações impostas à atividade-fim.

Neste contexto, a área atua no monitoramento diário dos normativos, na divulgação interna e a ativação de plano de ação às novas demandas legais ou para regularização.

Com intuito de fortalecimento da instituição e combate à corrupção, foi disponibilizado o Canal de Denúncias no site institucional, mecanismo a disposição de funcionários, clientes e fornecedores para denunciarem suspeitas, más condutas e/ou violações das políticas da empresa, de forma confidencial.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro-PLD, a instituição adota procedimentos internos de controle, Política Institucional e melhores práticas nacionais e internacionais. Destaca-se a aplicação das Políticas de Identificação de Cliente, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Funcionário, avaliação de novos Produtos, Serviços e procedimentos de monitoramento de transações e comunicação de operações/situações suspeitas, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

7.4. Segurança Física e Patrimonial

O Banpará investe em novas tecnologias/equipamentos, em consonância com as boas práticas do mercado, com o propósito de oferecer maior segurança ao seu público, interno e externo, assim como preservar o seu patrimônio físico.

No âmbito interno, medidas preventivas de segurança são implementadas, através da disseminação da cultura de segurança dentro da instituição, visitas frequentes nas unidades do Banco, para identificação de possíveis vulnerabilidades e a correção/adequação destas, e assim, buscar mitigar os riscos de perdas financeiras e de imagem da Instituição.

7.5. Segurança da Informação e Combate à Fraude

Os controles de Segurança da Informação buscam estar aderentes as melhores práticas de mercado e em conformidade a ISO 27001. A instituição avançou na segurança das camadas de proteção através de diversos serviços implantados em 2017 e que abarcam a personificação do conceito "experiência sem atrito" aos usuários internos e seus clientes nas agências e nos diversos canais.

Além disso, o Banco manteve diversas ações no combate ao tráfego de informação, para tanto, a monitoração constante na movimentação de informações, de maneira a garantir a confidencialidade e integridade dos dados.

No processo de Prevenção e Combate a Fraudes, a instituição vem aplicando melhorias nos processos de crédito e nos canais eletrônicos, assim como aperfeiçoando e automatizando o processo de análise documental.

7.6. Tecnologia da Informação

O Banpará permanece com avanço na prospecção e na implantação de novas soluções que venham a suprir os anseios dos clientes.

No ano de 2017 foram implantadas novas ferramentas de monitoramento e análise de recursos de TI, que possibilitou a execução de ações preventivas, a diminuição da quantidade de incidentes e consequentemente aumento da disponibilidade dos sistemas e dos serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação, assim como gerou visibilidade completa do parque computacional e dos links de comunicação do Banco, assegurando alta disponibilidade dos canais de atendimento, equipamentos e sistemas bancários.

A área de Tecnologia da Informação do Banpará foi reorganizada com foco nas atividades de desenvolvimento de projetos, sustentação de sistemas, atendimento e qualidade, permitindo uma melhor governança e aumento do valor agregado à Instituição.

7.7. Ouvidoria

A Ouvidoria Banpará cumpre dar o devido tratamento às manifestações dos demandantes, sobre todos os assuntos, na sua maioria, aos produtos e serviços prestados por este Banco. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção de conflitos, enquanto 2ª instância de atendimento, garantindo conquistas que refletem o comprometimento desta Instituição Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

Atua de forma imparcial, transparente e cêlere, zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, na busca por solução para os assuntos demandados, por meio de respostas claras, objetivas e satisfatórias, e, enquanto unidade, auxiliar na solução dos problemas apontados nas manifestações demandadas, contribui para a fidelização dos clientes, pela oportunidade de conhecer suas necessidades, pelo interesse e seriedade dedicados ao tratamento de suas insatisfações com este Banco, cujos resultados implicam diretamente na prevenção do nível de confiança e de imagem desejável.

8. RECURSOS HUMANOS

As atividades de treinamento para a capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do corpo funcional estão vinculadas às diretrizes do Planejamento Estratégico da Instituição e foram prioridades para o Banco no ano de 2017.

A prioridade em promover treinamento aos seus empregados é associada à capacitação profissional, com o objetivo de aprofundar e direcionar o conhecimento e as habilidades do profissional para as necessidades específicas do seu cargo e/ou função dentro da empresa, para que ele possa desempenhá-las com maior eficiência, razão pela qual, o Banco investiu no ano de 2017, o valor de R\$ 2.459 mil, em treinamentos, ofertando 1.018 vagas em cursos, congressos, encontros, workshop, realizados na Capital e fora do Estado, voltados às áreas de Tecnologia, Recursos Humanos, Contabilidade, Financeira, Jurídico, Comercial, Compliance, Planejamento, Licitações, etc..

No Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, o banco investiu no ano de 2017, o valor total de R\$ 415 mil, capacitando e desenvolvendo, 132 empregados, sendo 62 empregados beneficiados com cursos de Graduação e 70 em cursos de Pós-Graduação.

No ano de 2017, o quadro funcional foi ampliado em 175 novos empregados, os quais participaram do Curso de Integração e Capacitação para Novos Bancários, com o objetivo de adquirir conhecimentos voltados à atividade bancária. Curso de Formação de Caixa Executivo e Palestra de Excelência foram ministrados para consolidar a formação do novo bancário que ingressa na empresa.

Destacamos ainda, a implantação da Universidade Corporativa Banpará – UniBanp, em junho de 2017, com a missão de consolidar a imagem do Banpará, em seu segmento de atuação, como referência na formação profissional bancária e tem como principais objetivos: Disseminar conhecimentos em todas as suas unidades; promover o autodesenvolvimento profissional e pessoal dos empregados; desenvolver e valorizar o capital intelectual; contribuir para o alcance dos resultados planejados e para uma atuação ética e com responsabilidade social.

9. SUSTENTABILIDADE

O Banpará destaca as ações realizadas no ano de 2017 em prol da responsabilidade socioambiental:

a. Desenvolvimento do Programa Ambiente Amigo, voltado à educação ambiental, com o objetivo de sensibilizar, implantar e divulgar práticas sustentáveis aos funcionários e colaboradores do Banpará através de campanhas educativas, para mudanças nos padrões de consumo dos recursos naturais e materiais.

b. Manutenção

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO 2º SEMESTRE/2017 E ACUMULADO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		4.230.493	3.811.743
Disponibilidades	3.b	139.793	138.761
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.294.598	1.341.883
Aplicações em depósitos interfinanceiros		942.592	970.729
Títulos e valores mobiliários	5	816.115	568.550
Carteira própria		775.114	161.457
Vinculados a compromisso de recompra		33.577	400.349
Vinculados a prestação de garantia		7.424	6.744
Relações interfinanceiras	6	177.198	80.005
Pagamentos e recebimentos a liquidar		163	-
Depósitos no Banco Central do Brasil		76.328	79.147
Recolhimentos sobre depósitos de poupança - BACEN		100.707	-
Correspondentes		-	858
Operações de crédito	7	1.556.122	1.441.190
Setor privado		1.612.770	1.503.074
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(56.648)	(61.884)
Outros créditos	8	241.031	236.504
Carteira de câmbio		670	994
Diversas a receber		964	1.027
Diversos		243.843	237.698
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(4.446)	(3.215)
Outros valores e bens	6.336	4.850	4.850
Outros valores e bens		3.442	3.383
(Provisões para desvalorizações)		(1.508)	(1.521)
Despesas antecipadas		3.702	2.988
Realizável em longo prazo	5	2.549.245	2.399.961
Títulos e valores mobiliários		125.497	138.184
Carteira própria		125.497	138.184
Relações interfinanceiras	6	55.827	58.204
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		55.827	58.204
Operações de crédito	7	2.115.516	2.003.357
Setor privado		2.192.528	2.087.305
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(77.012)	(83.948)
Outros créditos	8	252.405	200.216
Diversos		252.405	200.216
Permanente		157.626	125.769
Investimento		33	33
No exterior		4	4
Outros investimentos		167	167
(Provisão para perdas)		(138)	(138)
Imobilizado de uso	9	71.044	51.692
Imóveis de Uso		46.198	46.198
Outras imobilizações de uso		135.324	105.530
(Depreciações acumuladas)		(110.478)	(100.036)
Intangível	9	86.549	74.044
Ativos intangíveis		66.716	62.222
Intangível em curso		55.134	35.974
(Amortização acumulada - intangível)		(35.301)	(24.152)
TOTAL DO ATIVO		6.937.364	6.337.473

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	NOTA	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		4.564.918	4.428.188
Depósitos	10	4.186.381	3.411.395
Depósitos à vista		642.204	618.872
Depósitos de poupança		880.562	825.400
Depósitos interfinanceiros		558.066	602.638
Depósitos a prazo		2.105.549	1.364.485
Captação no mercado aberto	10	33.537	685.079
Carteira própria		33.537	400.039
Carteira de terceiros		-	285.040
Relações interfinanceiras	162	201	201
Recebimentos e pagamentos a liquidar		162	-
Correspondentes		-	201
Relações interdependências	887	267	267
Recursos em trânsito de terceiros		887	267
Emissão de títulos	11	12.462	56.234
Recursos de letras financeiras		12.462	56.234
Obrigações por empréstimos	666	978	978
Empréstimo no exterior		666	978
Obrigações p/ repasses no País		151	498
- Instit. Oficiais		151	498
BNDES	151	498	-
Outras obrigações	12	330.672	273.536
Cobrança e arrecadação		-	-
de tributos e assemelhados		1.474	2.165
Sociais e estatutárias		21.444	40.870
Fiscais e previdenciárias		33.478	27.100
Diversas		274.276	203.401
Exigível em longo prazo	4	1.347.542	1.078.657
Depósitos	10	1.260.915	1.068.243
Depósitos a prazo		1.260.915	1.068.243
Emissão de títulos	11	86.627	10.414
Recursos de letras financeiras		86.627	10.414
Patrimônio líquido	13	1.024.904	830.628
Capital social		830.628	691.762
Reserva de lucro		194.276	138.866
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.937.364	6.337.473

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Lucro Líquido do período	165.222	259.035	231.442
Ajustos:			
Depreciação/Amortização	12.233	23.765	21.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.481	138.094	159.007
Reversão p/ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.927)	(72.282)	(84.310)
Constituição de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	87.311	108.972	38.226
Despesas de imposto para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(14.042)	(21.842)	(14.565)
Provisão para outros créditos	1.852	1.271	(2.769)
Provisão para desvalorização de outros bens	-	(123)	80
Ajuste de marcação a valor de mercado - TVM	(875)	(1.064)	204
Provisão atuarial	2.794	5.504	(5.481)
Impostos diferidos	(73.796)	(62.218)	(45.796)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	93.816	181.557	143.999
Lucro Líquido Ajustado	312.069	560.669	441.508
Varição de Ativos e Obrigações (Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	349.193	(189.006)	(238.450)
(Aumento/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	256.625	297.537	(494.802)
(Aumento/Redução em Operações de Crédito	(14.825)	(233.814)	(85.238)
(Aumento/Redução em Outros Créditos	(42.439)	(292.903)	(358.225)
(Aumento/Redução em Outros Valores e Bens	(81.088)	(57.389)	(61.633)
(Aumento/Redução em Relações Interfinanceiras/ Interdependências	(52.920)	(94.235)	(3.081)
(Aumento/Redução em Recursos Aceites financeiras	27.128	32.441	(159.479)
Aumento/Redução em Depósitos	555.713	967.657	789.189
Aumento/Redução em Obrigações por Operações Compromissadas	(278.909)	(651.542)	241.696
Aumento/Redução em Obrigações por repasse no País	(174)	(348)	(348)
Obrigações por Empréstimo	(359)	(311)	978
Aumento/Redução em Outras Obrigações	2.248	(38.914)	39.728
Impostos e contribuição Social Pagos	(21.584)	(115.923)	(147.295)
Fluxo Proveniente das Atividades Operacionais	661.262	371.663	203.058
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(17.177)	(55.621)	(28.670)
Alienação de Imobilizado de Uso	217	224	510
Aquisição de Imobilizado de Uso	(10.656)	(31.595)	(6.415)
Alienação no Intangível	-	-	964
Aplicação no Intangível	(6.738)	(24.250)	(23.729)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(49.604)	(64.758)	(92.577)
Dividendos	(5.578)	(5.578)	(40.695)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(44.026)	(59.180)	(51.882)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(49.604)	(64.758)	(92.577)
Equivalentes de Caixa	594.481	251.284	81.811
Início do Período	487.904	831.101	749.290
Fim do Período	1.082.385	1.082.385	831.101
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	594.481	251.284	81.811

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Receita da intermediação financeira		800.225	1.564.464	1.465.575
Operações de crédito	7.4	719.758	1.391.635	1.283.595
Res. aplicações interf. e operações com TVM	4 e 5	75.452	160.700	173.868
Resultado de operações de câmbio		950	2.430	3.604
Resultado das aplicações computórias		4.065	9.699	4.508
Despesas da intermediação financeira	10	(207.371)	(450.138)	(533.478)
Operações de captação no mercado		(170.127)	(384.626)	(458.262)
Operações de empréstimo/repasses		(81)	(232)	(63)
Provisão para Operações de Crédito		(37.163)	(65.280)	(75.153)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		592.854	1.114.326	932.097
Outras Recargas (Despesas)		(381.144)	(695.293)	(572.406)
Operacionais		33.168	62.691	53.302
Receitas de prestação de serviços	19.3	15.326	29.976	27.759
Rendas de tarifas bancárias	19.4	(164.126)	(328.814)	(303.129)
Despesas de pessoal	19.5	(154.839)	(307.769)	(276.322)
Outras despesas administrativas	19.7	(34.080)	(64.484)	(55.023)
Despesas tributárias	19.1	22.913	36.697	18.977
Outras receitas operacionais	19.1	(99.726)	(123.590)	(37.970)
Outras despesas operacionais	19.1	211.710	419.033	359.691
Resultado operacional	19.2	(8.103)	(7.280)	1.630
Resultado antes da tributação		203.607	411.753	361.321
Imposto de renda e contribuição social		(20.020)	(119.339)	(98.203)
Provisão para imposto de renda	18	(48.380)	(96.403)	(78.567)
Provisão para contribuição social	18	(45.436)	(85.154)	(65.432)
Ativo fiscal diferido	18.b	73.796	62.218	45.796
Participações no lucro		(18.366)	(33.379)	(31.676)
Empregados		(18.226)	(33.100)	(31.330)
- Lei nº 10.101, de 19.12.2000.		(140)	(279)	(346)
Administradores		(140)	(279)	(346)
- Lei nº 6.404, de 15.12.1976.		165.221	259.035	231.442
Lucro Líquido		44.026	59.180	51.882
Juros sobre Capital Próprio		17,35	27,20	24,31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016	
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	165.221	259.035	231.442	
Lucro Abrangente	165.183	258.975	231.388	
Lucro Abrangente das Participações dos não Controlados	38	60	54	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2015	569.316	112.242	10.204	-	691.762
Lucro do Período	-	-	-	231.442	231.442
Destinações:					
Aumento de Capital	122.446	(112.242)	(10.204)	-	-
Reserva Legal	-	-	11.573	(11.573)	-
Reserva Estatutária	-	127.293	-	(127.293)	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	(40.695)	(40.695)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(51.881)	(51.881)
Saldo em 31.12.2016	691.762	127.293	11.573	-	830.628
Saldo em 30.06.2017	691.762	127.293	11.573	78.660	909.288
Lucro do Período	-	-	-	165.221	165.221
Destinações:					
Aumento de Capital	138.866	(127.293)	(11.573)	-	-
Reserva Legal	-	-	12.952	(12.952)	-
Reserva Estatutária	-	181.324	-	(181.324)	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	(5.579)	(5.579)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(44.026)	(44.026)
Saldo em 31.12.2017	830.628	181.324	12.952	-	1.024.904
Saldo em 31.12.2016	691.762	127.293	11.573	-	830.628
Lucro do Período	-	-	-	259.035	259.035
Destinações:					
Aumento de Capital	138.866	(127.293)	(11.573)	-	-
Reserva Legal	-	-	12.952	(12.952)	-
Reserva Estatutária	-	181.324	-	(181.324)	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	(5.579)	(5.579)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-		

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 12.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Aliquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.555/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações - Mercado aberto (a)	942.592	970.729
Posição bancada	942.592	687.332
Letras Financeiras do Tesouro	333.519	55.002
Letras do Tesouro Nacional	315.539	613.632
Nota do Tesouro Nacional	293.534	18.698
Posição financiada	-	283.397
Letras do Tesouro Nacional	-	159.165
Notas do tesouro nacional	-	124.232
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	352.006	371.154
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	352.006	357.092
Não ligadas	-	14.062
Total	1.294.598	1.341.883

(a) O montante de R\$ 942.592 em 31 de Dezembro de 2017 (R\$ 692.340 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa (nota nº 3 b).

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Títulos	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Posição Bancada	26.352	46.378	37.787
Posição Financiada	2.326	10.919	25.903
Depósitos Interfinanceiros	13.211	31.356	34.543
Total	41.889	88.653	98.233

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	31.12.2017	31.12.2016
Livres	900.611	299.641
Letras Financeiras do Tesouro	582.399	109.821
CVS	122.889	135.605
Letras imobiliárias	192.715	51.636
Cotas de fundos de investimento em participações (i)	2.608	2.579
Vinculados a operações compromissadas	33.577	400.349
Letras Financeiras do Tesouro	33.577	400.349
Vinculados à prestação de garantia	7.424	6.744
Letras Financeiras do Tesouro	7.424	6.744
Total	941.612	706.734
Circulante	816.115	568.550
Realizável em longo prazo	125.497	138.184

(i) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			31.12.2017	31.12.2016
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15		
Títulos para negociação (i)	153.555	33.935	216.369	358.434	53.822	816.115	568.550
Títulos públicos	153.555	33.935	216.369	358.434	53.822	816.115	568.550
Letras de crédito imobiliário	153.555	33.935	5.225	-	-	192.715	51.636
Letras financeiras tesouro	-	-	211.144	358.434	53.822	623.400	516.914
Títulos Mantidos até o vencimento (ii)	-	-	-	-	125.497	125.497	138.184
Títulos públicos	-	-	-	-	122.889	122.889	135.605
CVS	-	-	-	-	122.889	122.889	135.605
Títulos privados	-	-	-	-	2.608	2.608	2.579
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	-	2.608	2.608	2.579
TOTAL 31.12.2017	153.555	33.935	216.369	358.434	179.319	941.612	-
TOTAL 31.12.2016	51.636	-	5.694	409.434	239.970	-	706.734

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Parcelas Vencidas (A Vencer)	-	3.571.737	12.702	83.707	13.187	7.759	19.190	8.026	61.113	3.777.421	3.575.787
Até 30 dias	-	178.844	1.821	6.667	1.190	725	1.357	511	3.833	194.948	183.244
31 a 60 dias	-	167.611	1.414	5.443	720	484	926	398	3.304	180.300	168.727
61 a 90 dias	-	153.453	886	4.029	615	387	760	339	2.929	163.399	152.951
91 a 180 dias	-	326.011	1.858	10.175	1.291	850	1.774	788	6.982	349.728	328.852
181 a 360 dias	-	659.642	2.217	14.751	2.318	1.391	3.055	1.510	11.634	696.518	654.748
Acima de 360 dias	-	2.086.176	4.506	42.642	7.053	3.922	11.318	4.480	32.431	2.192.528	2.087.305
Parcelas Vencidas	-	9.881	1.279	6.054	3.342	2.967	4.267	4.608	27.192	59.590	50.207
até 14 dias	-	9.881	103	1.149	667	432	529	401	1.973	15.135	8.526
15 a 30 dias	-	-	1.176	2.621	254	202	258	133	798	5.442	3.561
31 a 60 dias	-	-	-	2.284	811	597	621	530	1.968	6.811	5.118
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.610	645	870	797	2.542	6.464	4.790
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.091	1.989	2.747	7.223	13.050	12.898
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12.679	12.679	14.327
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	987
Total em 31.12.2017	-	3.581.618	13.981	89.761	16.529	10.726	23.457	12.634	88.305	3.837.011	-
Total em 31.12.2016	-	3.382.052	11.971	76.162	10.783	8.123	19.745	8.879	108.279	-	3.625.994

(i) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001.

(ii) Não houve reclassificação entre categorias nas datas-base de 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado		
Para negociação	816.833	816.115	570.332	568.550	(718)	(1.782)
Letras de crédito imobiliário	193.231	192.714	52.178	51.636	(517)	(542)
Letras financeiras do tesouro	623.602	623.401	518.154	516.914	(201)	(1.240)
Mantidos até o vencimento (i)	125.497	125.497	138.184	138.184	-	-
CVS	122.889	122.889	135.605	135.605	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	2.608	2.608	2.579	2.579	-	-

(i) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

Descrição	Saldo		
	31.12.2017	Nível 1	Nível 2
Letras de crédito imobiliário	192.714	-	192.714
Letras financeiras do tesouro	623.401	623.401	-
Total	816.115	623.401	192.714

Descrição	Saldo		
	31.12.2016	Nível 1	Nível 2
Letras de crédito imobiliário	51.636	-	51.636
Letras financeiras do tesouro	516.914	516.914	-
Total	568.550	516.914	51.636

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

e. Rendas com títulos e valores e mobiliários

Contas	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de títulos de renda fixa	32.720	71.057	77.055
Rendas com cotas de fundos de investimento	29	48	204
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	814	942	(1.624)
Total	33.563	72.047	75.635

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	31.12.2017	31.12.2016
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	163	-
Relações com correspondentes	-	858
Reservas compulsórias em espécie - BACEN (a)	31.873	31.677
Recolhimentos sobre depósitos de poupança - BACEN (b)	100.707	-
SFH - Créditos junto ao FCVS (c)	55.827	58.204
Depósitos compulsórios - Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	44.455	47.470
Total	233.025	138.209
Circulante	177.198	80.005
Realizável em longo prazo	55.827	58.204

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) A Circular BACEN nº 3.757 de 28 de maio de 2015, alterada pela Resolução CMN nº 4.493 de 31 de maio de 2016, permite que as instituições financeiras que possuam Patrimônio de Referência inferior a R\$5.000.000 mil (cinco bilhões) deduzam, até 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$200.000 mil (duzentos milhões), e a partir de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$100.000 mil (cem milhões) da exigibilidade sobre depósito de poupança.

(c) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVB pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$55.827 (R\$ 58.204 em 31 de dezembro de 2016), referentes a 285 contratos (292 contratos em 31 de dezembro de 2016). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

Operação	31.12.2017	31.12.2016
Operações de Crédito	3.805.298	3.590.379
Adiantamentos a Depositantes	1.411	241
Empréstimos	3.797.859	3.584.104
Outros Financiamentos	163	378
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.865	5.656
Outras rubricas	31.713	35.615
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	31.057	34.643
Operações de Câmbio	656	972
Total	3.837.011	3.625.994
Circulante	1.644.483	1.5

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depre-ciação	Saldo líquido
		31.12.2016					31.12.2017
Móveis e equip. estoque	-	1.380	69	-	(206)	-	1.243
Imobilizações em cursos	-	4.659	15.880	-	(797)	-	19.742
Imóveis em uso	4	8.565	-	-	-	(124)	8.441
Móveis e Equipam.de Uso	10	9.464	1.907	(85)	122	(1.474)	9.934
Sistema de comunicação	20	4.363	819	(9)	769	(666)	5.276
Sist. proc.da-dos/Equipam.	20	19.493	11.491	(73)	112	(9.075)	21.948
Sistema de segurança	10	3.721	1.429	(57)	-	(659)	4.434
Sistema de transporte	20	47	-	-	-	(21)	26
TOTAL	-	51.692	31.595	(224)	-	(12.019)	71.044

INTANGÍVEL	Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transfe-rências	Amorti-zação	Saldo líquido
		31.12.2016					31.12.2017
Intangível / Software	20	38.070	6.362	-	(1.272)	(11.745)	31.415
Intangível em curso	-	35.974	17.888	-	1.272	-	55.134
TOTAL	-	74.044	24.250	-	-	(11.745)	86.549

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.12.2017	31.12.2016
Circulante	4.186.381	3.411.395
Depósitos à vista	642.204	618.872
Depósitos do público	227.191	316.860
Depósitos de instituições financeiras	402	395
Depósitos vinculados	6.862	3.537
Depósitos de Governo	407.749	298.080
Depósitos a prazo	2.105.549	1.364.485
Depósitos de poupança	880.562	825.400
Depósitos interfinanceiros	558.066	602.638
Exigível a longo prazo	1.260.915	1.068.243
Depósitos a prazo	1.260.915	1.068.243
TOTAL	5.447.296	4.479.638

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados a taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, Banco do Estado de Sergipe-BANESSE, Banco do Estado do Espírito Santo-BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A. - SICREDI um Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfi-nancei-ros	Poupan-ça	31.12.2017	31.12.2016
Sem vencimento	642.204	886	-	880.562	1.523.652	1.445.052
Até 30 dias	-	54.831	-	-	54.831	159.316
De 31 a 60 dias	-	60.822	190.935	-	251.757	93.164
De 61 a 90 dias	-	40.209	-	-	40.209	54.452
De 91 a 180 dias	-	303.759	90.404	-	394.163	206.879
De 181 a 360 dias	-	1.645.042	276.727	-	1.921.769	1.452.532
Acima de 360 dias	-	1.260.915	-	-	1.260.915	1.068.243
Total	642.204	3.366.464	558.066	880.562	5.447.296	4.479.638

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfi-nancei-ros	Poupan-ça	31.12.2017	31.12.2016
Sociedades ligadas	394.776	1.687.595	-	-	2.081.976	1.408.866
Pessoas físicas	165.283	847.749	-	838.724	1.852.151	1.611.677
Invest. institucionais	-	45.626	-	-	45.626	25.365
Instituição Financeira	402	-	558.066	-	558.468	603.033
Pessoas jurídicas	63.578	643.743	-	41.838	749.159	734.020
Governo municipal	16.414	141.751	-	-	158.165	94.933
Outros	1.751	-	-	-	1.751	1.744
TOTAL	642.204	3.366.464	558.066	880.562	5.447.296	4.479.638

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	31.12.2017	31.12.2016
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	33.537	400.039
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	-	285.040
Total	33.537	685.079

e. Despesas de captação

	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos de poupança	(22.367)	(50.247)	(58.346)
Depósitos interfinanceiros	(23.809)	(54.811)	(49.798)
Depósitos a prazo	(114.483)	(251.310)	(280.829)
Depósitos judiciais	(24)	(52)	(255)
Operações compromissadas-Carteira própria e Terceiros	(2.921)	(14.249)	(33.614)
Letras financeiras	(2.960)	(7.223)	(29.765)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.563)	(6.734)	(5.655)
TOTAL	(170.127)	(384.626)	(458.262)

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	31.12.2017	31.12.2016
Circulante	12.462	56.234
Recursos de Letras Financeiras	12.462	56.234
Exigível a Longo Prazo	86.627	10.414
Recursos de Letras Financeiras	86.627	10.414
TOTAL	99.089	66.648

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Circulante	31.12.2017	31.12.2016
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	1.474	2.165
Sociais e estatutárias	21.444	40.870
Fiscais e previdenciárias	33.478	27.100
Cheque administrativo	212	511
Contrato de assunção de obrigações	2.982	3.289
Obrigações para contribuições ao SFH	1	1
Obrigações por convênios	12.452	10.591
Obrigações por prestação de serviços	14.892	10.286
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	66.794	65.891
Credores diversos – País (b)	38.107	48.230
Passivos para risco – Trabalhista (c)	123.697	35.278
Passivo para risco – Cível (c)	8.278	10.365
Passivo para risco – Tributário (c) *	3.502	2.961
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	327	301
Atuarial	3.032	15.697
TOTAL	330.672	273.536

(*). Conforme Carta-Circular no 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações- Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

Contas	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Provisão com Pessoal	28.924	30.338
Provisão com PLR	16.853	16.863
Provisão para outras despesas administrativas	19.799	17.718
Outros	1.218	972
TOTAL	66.794	65.891

(b) Em 31 de Dezembro de 2017 os valores registrados em Credores Diversos - País são compostos em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$32.768 (R\$ 33.853 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos.

O Banco constitui provisão, de provável perda, para os processos de funcionários que estão enquadrados nas ações civis públicas propostas contra o Banco, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará – AFBEPA, cujo objeto é a descaracterização de diversas funções de confiança do Banco, redução da jornada de trabalho para 6 horas, 7ª e 8ª horas como hora extra e reflexos legais, conforme entendimento do órgão regulador – Banco Central do Brasil sobre a atual avaliação do risco de perda, que impulsionou o incremento de provisão em dezembro de 2017.

A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as futuras perdas decorrentes dos processos existentes e as futuras ações que possam surgir em decorrência das ACP's.

Classificação de perda	Trabalhista	Cível	Tributária	31.12.2017	31.12.2016
Provável	123.697	8.278	3.502	135.477	48.604
Possível (ii)	7.022	-	-	7.022	57.468
TOTAL	130.719	8.278	3.502	142.499	106.072

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados as ações civis públicas, representados por decisões favoráveis provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.547	20.152	1.551	18.465
Trabalhistas(ii)	415	10.908	255	4.535
Tributárias (iii)	19	24.201	17	21.633
Total	1.981	55.261	1.823	44.633

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - O valor das causas com probabilidade de perda provável refere-se a ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como possível, refere-se a ações civis públicas propostas contra o Banco.

(iii) Processos tributários - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de Dezembro de 2017, são:

- **CPMF:** R\$3.166 (R\$2.896 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$71 (R\$65 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.12.2017			31.12.2016		
	Traba-lhista	Cível	Tributária	Traba-lhista	Cível	Tributária
No início do Período	35.278	10.364	2.961	15.278	11.387	3.023
Atualização monetária	7.899	1.774	335	3.418	1.392	389
Constituições	97.699	1.059	206	32.944	83	-
Reversões	(16.583)	(4.884)	-	(13.857)	(257)	(451)
Pagamentos	(596)	(35)	-	(2.505)	(2.241)	-
No final do Período	123.697	8.278	3.502	35.278	10.364	2.961

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0079	755	0,0079
Administradores	9	0,0001	9	0,0001
Demais Acionistas	1.452	0,0153	1.452	0,0153
Total	9.521.649	100	9.521.649	100

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,232

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.
(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio o valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários e ou intercalares.

Foi pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$ 59.180 (R\$ 51.882 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram aprovados pelo Conselho de Administração nas respectivas datas: 10/04/2017; 17/08/2017; 30/10/2017 e 19/12/2017.

14. GESTÃO DE RISCO

Gestão de Risco e de Capital

No que diz respeito à gestão de riscos e de Capital, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas e dos sistemas informatizados todos integrados aos objetivos estratégicos do Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tomar as análises dos Riscos Corporativos e de Capital mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido pela Resolução CMN nº 4.557/17 como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o VaR (Value at Risk) por tipo de carteira (Banking Trading e Global), por meio da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de Backtesting Tunneling, comparando as projeções com os resultados já obtidos, pelo conceito de túnel (amostra 252 dia). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o complemento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise

ii) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,10% a.a., correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2024, selecionada em função do resultado do duration do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 10,96% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (4,82% a.a.) e pela taxa anual de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 10,96% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (4,82% a.a.) e pela taxa de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,14%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,24%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,24% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: os valores estão posicionados em dezembro, não sendo necessário reajustá-los.

iii) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- Renda temporária;
- Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31.12.2017	31.12.2016
Participantes ativos		
Quantidade	1.174	1.127
Idade média (anos)	46	45
Salário médio (R\$)	7.278	7.122
Participantes assistidos		
Quantidade	106	240
Idade média (anos)	70	70
Benefício médio (R\$)	4.630	7.400
Pensionistas		
Quantidade	51	86
Idade média (anos)	55	57
Benefício médio	3.079	4.896

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,10% a.a.; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2024, selecionada em função do resultado do duration do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 10,96% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 4,82% a.a. e pela taxa anual de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 10,96% a.a.; composta pela estimativa de inflação anual (de 4,82% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 1,70% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,14%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,24%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,24% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: os valores estão posicionados em dezembro, não sendo necessário reajustá-los.

iii) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: conjunção do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2015 e Resolução CMN 4.424/2015, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 9.142 (R\$ 8.595 em 31 de dezembro de 2016) e ativo líquido de R\$ 6.899 (R\$ 6.963 em 31 de dezembro de 2016), tendo como resultado déficit atuarial em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 2.242 (R\$ 1.633 em 31 de dezembro de 2016). A variação na situação atuarial, em relação à posição de 31/12/2016, se deve à alteração da premissa de taxa de juros, reduzida de 5,86% a.a. para 5,10% a.a., adequando-se tal valor ao resultado do duration do passivo previdencial, quantificado, com base no cadastro de dez/2016, em 7,38 anos.

Obrigação atuarial Plano BD	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial	3.032	661
Provisão	-	2.371
Saldo final	3.032	3.032

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementar o saldo da cota do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado pelo artigo 25 do Regulamento do Plano Prev Renda foi avaliado em R\$ 495 (R\$ 456 em 31 de dezembro de 2016), estando em 31 de dezembro de 2017, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$1.368 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2016). Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 872 (R\$ 720 em 31 de dezembro de 2016), não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo Banco de passivo, relativo a este plano de benefícios, nesta reavaliação.

Obrigação atuarial Planos BD e CD	31.12.2017	31.12.2016
Plano BD	3.032	3.032
Plano CD	-	12.665
Total das obrigações sociais	3.032	15.697

15.3. Plano de Saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa n. 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados e Banco, observado para os empregados os seguintes percentuais, relativos a este plano de benefícios, nesta reavaliação:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, substancialmente nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com o Banco.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos e aposentadoria dos funcionários.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Estado do PV		
Depósitos à vista - (Nota Explicativa n°10 c)	394.776	286.499
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa n° 10 c)	1.687.595	1.122.367
Caixa de previd. e assist. dos func. do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	-	17
Obrigações sociais e por convênio (Nota explicativa n° 15.2 a / 15.2 c)	3.032	15.697

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.12.2017	31.12.2016
Remuneração	1.922	1.884
Diretoria	1.619	1.599
Conselho de Administração	303	285
Participação nos Lucros e resultados	279	346
Administradores	279	346

O Banco não concede empréstimos a seus diretores e membros de seu Conselho de Administração, tendo em vista que essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

17. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 220.570 (R\$ 81.535 em 31 de dezembro de 2016), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRIÇÃO	31.12.2017		31.12.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	320.563	378.374	287.037	329.635
Juros s/Capital Próprio	(59.180)	(59.180)	(51.882)	(51.882)
Base de Cálculo	261.383	319.194	235.155	277.753
Adições (Exclusões)	164.388	106.576	91.380	49.407
Lucro Tributável antes das Compensações	425.771	425.770	326.535	327.160
Base de Cálculo após Compensações	425.771	425.770	326.535	327.160
Alíquota Normal (15% e 20%)	63.866	85.154	48.980	65.432
Adicional do Imposto de Renda (10%)	42.553	-	32.630	-
IR e CSLL Devido	106.419	85.154	81.610	65.432
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(2.555)	-	(1.959)	-
Incentivos Fiscais	(350)	-	(318)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(276)	-	(276)	-
Vale Cultura	-	-	(490)	-
IR e CSLL a Pagar	103.238	85.154	78.567	65.432

Conforme Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 2015, a alíquota da CSLL passou a ser de 20% no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018.

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 281.591, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, ativas em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 sendo R\$ 168.200 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 113.391 decorrentes da aplicação da alíquota de 15% (até base 08/2015) e 20% (base 09/2015) de CSLL sobre a base de Operações para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa será realizado com base nas Perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2017:

Créditos Tributários	31.12.2016		31.12.2017	
	Saldo	Ativação	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	133.324	47.894	(13.018)	168.200
Diferença Temporária - CSLL	86.049	37.757	(10.415)	113.391
Total	219.373	85.651	(23.433)	281.591

Até 31 de dezembro de 2017, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 281.591 (R\$ 219.373 em 31 de dezembro de 2016) de Ativos Fiscais Diferidos - Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais, sendo que R\$ 23.433 foi realizado ao longo do exercício.

Créditos Tributários	31.12.2016		31.12.2017	
	Saldo	Ativação	Realização	Saldo
Diferença Temporária-PCLD	219.373	31.722	(23.433)	227.662
Diferença Temporária-Trabalhista	-	53.929	-	53.929
Total	219.373	85.651	(23.433)	281.591

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2018	2019	2020	2021	2022	2022 a 2027	Total
Crédito Tributário de I.R	16.258	17.153	19.909	18.882	14.862	86.889	173.954
Crédito Tributário de C. Social	13.006	10.293	11.947	11.331	8.919	52.141	107.638
Total dos créditos	29.264	27.447	31.856	30.214	23.780	139.030	281.591
Taxa média de captação a.a. (%)	5,27	5,51	5,63	5,53	5,52	-	-
Valor presente do crédito tributário	27.347	24.310	26.711	24.007	17.907	-	-

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados, que inclui a majoração da alíquota da CSLL, em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 16.824 (R\$ 28.493 em 31 de dezembro de 2016). O Banco possui ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 38.159 conforme abaixo, sem o registro nas Demonstrações Contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2016		31.12.2017		
	Saldo	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Créditos em Liquidação	16.136	-	5.605	21.741	9.783
Provisão para Passivos Trabalhistas	35.278	(32.664)	-	2.614	1.177
Provisão para Ações Cíveis	10.365	(2.087)	-	8.278	3.815
Prejuízos em Operações de Swap	516	-	-	516	129
Provisão para Riscos Fiscais	2.961	-	541	3.502	1.311
Provisão para Outros Valores e Bens	1.521	(13)	-	1.508	609
Total das Adições Temporárias	66.777	(34.764)	6.146	38.159	16.824

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

19.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de encargos e despesas	132	262	253
Atualização Monetária de INSS	-	-	1.781
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.126	4.516	5.237
Atualização monetária de valores ativos	-	96	45
Atualização Monetária de IR e CSLL a Compensar	-	-	156
Outros Créditos em Liquidação	868	1.676	4.194
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	114	293	947
Provisão Férias, 13º Salário e Lic. Prêmio	4.360	6.488	4.196
Ações Judiciais	14.042	21.842	2.031
Outros	1.271	1.524	137
Total	22.913	36.697	18.977

Outras despesas operacionais	2º Semestre	31.12.2017	31.12.2016
Carteira imobiliária	(7)	(14)	(23)
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	(8)	(20)	(130)
Despesa atualização de impostos e contribuições	(363)	(541)	(389)
Atualização monetária de valores passivos	-	-	(122)
Atualização ações judiciais	(86.140)	(107.180)	(23.877)
Ações judiciais	(810)	(1.252)	(4.952)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(4.940)	(4.940	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração, e aos Administradores do Banco do Estado do Pará S.A.
Belém-PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3g e 7.2, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações financeiras é de R\$ 134.492 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas da carteira. Devido a relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nºs 3g e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3p e 12, o Banco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo o total de provisão registrado nas demonstrações financeiras monta R\$ 3.502 mil, R\$ 8.278 mil e R\$ 123.697 mil, respectivamente. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativa a processos requer julgamento profissional do Banco. Devido à relevância,

especificidades e julgamentos envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Banco, bem como dados e informações históricas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

• Estimativa de realização futura de ativos fiscais diferidos

As demonstrações financeiras do Banco incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 281.591 mil (notas explicativas nºs 3q e 18), cuja realização depende de estimativa de rentabilidade futura baseado nos planos de negócios e orçamento preparados pelo Banco e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Uma vez que exigem o exercício de julgamento, tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança do Banco. Face às alterações que ocorrem no ambiente econômico ou regulatório nos seus mercados de atuação, o Banco avalia continuamente as premissas e estimativas de lucros tributáveis. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do estudo técnico de realização dos créditos tributários e outros controles disponibilizados pelo Banco. Adicionalmente, analisamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, desfechos de processos judiciais, estimativa da efetivação de perdas e recuperação de operações de créditos, entre outros fatores. Também efetuamos a verificação da precisão dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras descritas na nota explicativa nº 18, em relação às exigências regulamentares.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores dos ativos fiscais diferidos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações de demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6	Carlos Massao Takauti Contador CRC 1SP206103/O-4
--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondente ao exercício findo na data, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 21 de Fevereiro de 2018.

Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 23 de Fevereiro de 2018.

Diretoria Colegiada

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 22 de Fevereiro de 2018

Diretoria Colegiada

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independente KPMG - Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 23 de Fevereiro de 2018.

Conselho de Administração

Conselho de administração		Diretoria Colegiada		Conselho Fiscal	
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha Presidente	Augusto Sérgio Amorim Costa Membro	Augusto Sérgio Amorim Costa Diretor Presidente	Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Diretor	Adélia Maria Macedo Monteiro Membro	
Aláudio de Oliveira Mello Júnior Membro	Tereza Delta dos Santos Serrão Membro	Márcia Regina Maués da Costa Miranda Diretora	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor	Maria do Céu Guimarães de Alencar Membro	
José Carvalho de Melo Filho Membro	Manoel da Silva Pereira Júnior Membro	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora	Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor	José Maria Tavares Teixeira Membro	

Clodoaldo César Moraes das Chagas

Contador CRC (PA) nº 10.491/O-0